

ITEM	INTERESSADO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Medida	Marca / Modelo	Quant	Valor Unit (R\$)
01	Órgão Gestor: Ministério Público de Contas do Estado	Nobreak Potência Mínima 1200 VA, 6 tomadas de saída obedecendo o padrão brasileiro de plugues e tomadas, cabo de força com mínimo 1,2 metros, autonomia de 15 minutos para computador e monitor de 25", tipo de onda: semi-senoidal ou senoidal por aproximação, tensão nominal de saída: 115 v ou bivolt. Garantia de 12 meses	Und	RAG TECH NEW 1200 STD	65	330,00
	Participa: Secretária Especial de Saúde Indígena - Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó	03				
TOTAL					68	

End. da Promitente Contratada: Rua Serra Grande, SN - Quadra 10, Lote 11, Bairro: Sonho Verde, CEP: 74.730-570, Goiás/GO. Telefone: (62) 3281-1911 / e-mail: licitacao@seniortecnologia.com.br  
 Foro: Belém  
 Data da Assinatura: 19/03/2018  
 Ordenador Responsável: SILAINE KARINE VENDRAMIN - Procuradora-Geral de Contas do Estado.

**Protocolo: 292776**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ARP**  
**Nº 02/2018/MPC/PA**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2017-SRP/MPC/PA**

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e a empresa SERRANA SISTEMAS DE ENERGIA EIRELI - EPP CNPJ nº 05.262.518/0001-17.  
 Vigência: 19/03/2018 a 18/03/2019.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a aquisição, a ser realizada de forma parcelada, de novos NOBREAKS, MONITORES E SWITCHES para substituição dos equipamentos que se aproximarem do final de vida útil, visando o melhor aproveitamento dos mesmos, observando os princípios de eficiência e economicidade.

ITEM	INTERESSADO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Medida	Marca / Modelo	Quant	Valor Unit (R\$)
02	Órgão Gestor: Ministério Público de Contas do Estado	Nobreak Potência Mínima 3000 VA, requisitos mínimos: Potência nominal 3.000 VA; 8 tomadas de saída (padrão brasileiro de plugues e tomadas), cabo de força com mínimo 1,2 metros, autonomia de 15 horas para computador e monitor de 22" (50 W), tipo de onda: semi-senoidal ou senoidal por aproximação, tensão nominal de entrada: 115v ou bivolt; Fator de potência: 0,95; Bateria selada; Eficiência de 95% (para operação rede) e 85% (para operação bateria); Estabilizador com 4 estágios e filtro de linha interno; Tomada de 3 pinos conforme NBR 14136; Recarga Automática; Possibilidade de ser ligado na ausência de energia elétrica; Alarme audiovisual para queda de rede, subtenção e fim do tempo de autonomia; Manual do usuário (em português); Garantia de 01 (um) ano; 6 tomadas de 10 A + 4 tomadas de 20 A; Autoteste para verificação das condições iniciais do equipamento; Microprocessado; Proteção contra descarga total das baterias; Frequência nominal da rede: 60Hz.	Und	SERRANA / PINOT 3000 3 IQ 1/2	05	1.445,00
	Participa: Secretária Especial de Saúde Indígena - Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó	01				
TOTAL					06	

End. da Promitente Contratada: Rua Pinheiro Machado, 3.182, Sala B - térreo. Bairro: São Pelegrino, CEP: 95.020-172, Caxias do Sul/RS.  
 Telefone: (54) 3039-9999 / e-mail: licitacoes@serranaenergia.com.br  
 Foro: Belém  
 Data da Assinatura: 19/03/2018  
 Ordenador Responsável: SILAINE KARINE VENDRAMIN - Procuradora-Geral de Contas do Estado

**Protocolo: 292781**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DESIGNAR SERVIDOR**

**PORTARIA N.º 1.844/2018-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO para responder pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional, no período de 20/3 a 3/4/2018, durante as férias da titular, a Procuradora de Justiça CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 21 de março de 2018.  
 GILBERTO VALENTE MARTINS  
 Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo: 292929**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 010/2017-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para de Copos Descartáveis, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Pará.

- À vista da habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas com os seguintes valores:

**05.194.705/0001-00 - NOVIDADES CABANO COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA EIRELI - Valor Total de R\$ 7.007,00**

Item 1 - Valor Global de R\$ 7.007,00;

**19.518.277/0001-39 - PAPEL E CIA PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI - Valor Total de R\$ 40.600,00**

Item 2 - Valor Global de R\$ 40.600,00;

Valor Global do certame R\$ 47.607,00.

Belém (PA), 21 de março de 2018.

Rafael Rodrigues de Souza

Pregoeiro

**Protocolo: 292857**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018-MP/PA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 003/2018-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

- À vista da habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas com os seguintes valores:

**12.496.814/0001-48 - PRINTE COMERCIO PARA IMPRESSAO LTDA:**

ITEM 1 ..... R\$ 13.816,00.

ITEM 2 ..... R\$ 5.700,00.

**26.517.495/0001-14 - VIDENTE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA:**

ITEM 3 ..... R\$ 89.100,00.

ITEM 4 ..... R\$ 29.217,00.

ITEM 9 ..... R\$ 6.899,70.

**10.459.614/0001-90 - J R ALVES COSTA EIRELI:**

ITEM 6 ..... R\$ 1.800,00.

**27.293.468/0001-78 - ECC COMERCIO E LICITAÇÕES EIRELI:**

ITEM 7 ..... R\$ 34.662,00.

**26.854.929/0001-71 - DIDAQUE EMPREENHIMENTOS LTDA:**

ITEM 11 ..... R\$ 5.052,90.

ITEM 12 ..... R\$ 8.370,00.

Valor total Global do certame R\$ 194.617,60.

Belém (PA), 21 de março de 2018.

Lays Favacho Bastos

Pregoeira

**Protocolo: 292967**

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**Nº DA INEXIGIBILIDADE: 002/2018-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e CONNECT ON MARKETING DE EVENTOS LTDA - ME (CNPJ nº 13.859.951/0001-62).

Objeto: Curso "Termo de Referência e Projeto Básico para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, para 10 servidores.

Valor Total: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil, reais).

Fundamento Legal: Art. 25, II da Lei Federal 8.666/93, c/c art. 13, inc. VI da mesma lei.

Data da Assinatura: 21/03/2018.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.128.1434.8329

Elemento de despesa: 3390-39.

Fonte de Recurso: 0101

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

**Protocolo: 292879**

**OUTRAS MATÉRIAS**

**EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL**

**Nº 000034-151/2017-MP/6ªPJ/DPP/MA**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 000334-151/2017-PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração: nº 20/2018

Data da Instauração: 12.03.2018

Objeto: Apurar a denúncia de possíveis irregularidades no serviço público, contidas no ofício nº 014/2014-MP/CGAB de 23/01/2017, que contém cópia do processo nº 013/2014-PG).

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará

Promotor de Justiça: José Godofredo Pires dos Santos

**Protocolo: 292875**

**EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

**Nº 000271-151/2017- MP4ªPJDPMPA**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, DR. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000271-151/2017, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 016/2018 - 4ªPJDPMPA

Data da Instauração: 02/03/2018

Objeto: Apurar o teor do Ofício nº 592/2017/OUVIDORIA-MPPA, encaminhando o Registro nº 1145/2017 referente ao pedido de providências em face da Prefeitura Municipal de Belém - PMB em razão de possível maquiagem de verba pública, tendo em vista a precariedade do asfaltamento da Rua Rui Barbosa, no Residencial Tocantins, em Icoaraci.

Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE

Promotora de Justiça: 4ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

**Protocolo: 292834**

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA**

**Nº 001/2018, DE 22 DE MARÇO DE 2018.**

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Pará nas questões referentes a saneamento básico.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 18, inciso XII, e 37, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2008, combinados com os arts. 10, inciso XII, e 17, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, respectivamente, e CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a Resolução nº 64/292, reconheceu o direito ao saneamento como essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos;

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 assegura o direito à saúde (art. 6º), sendo este compreendido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social;

CONSIDERANDO que o art. 30, inciso V, da Constituição